

EDITAL Nº 3616/2025

O Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Serviço Social Autônomo (SSA), regulamentado por meio do Decreto nº 39.674, de 20 de fevereiro de 2019, sediado no TR SIA TRECHO 17 RUA 06 LOTE 115, ZONA INDUSTRIAL (GUARÁ), BRASÍLIA-DF, CEP: 71.200-216, por meio da Gerência de Compras, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará processo de compra/contratação, na forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando **AQUISIÇÃO DE APARELHO DE VENTILAÇÃO PULMONAR ADULTO/PED/NEO COM ALTO FLUXO**, nos termos da Resolução CONAD/IGESDF nº 3, de 29 de agosto de 2024, que aprovou Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em em 29 de agosto de 2024, Ano 53, Seção I, Edição Extra nº 56-A, Pág.1

1. AS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

DO REGRAMENTO

1.1. Este processo de compras e contratação respeitará o disposto no Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, disponível no endereço eletrônico Regulamento Próprio de Compras e Contrações - 2024

DAS PUBLICAÇÕES

1.2. O Extrato do Edital será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

1.3. Este Edital e seus anexos serão publicados no site oficial do IGESDF (www.igesdf.org.br), bem como na plataforma de compras APOIO COTAÇÕES (<https://www.apoiocotacoes.com.br>), podendo ocorrer, ainda a divulgação por outros meios, a exemplo de:

1.3.1. Redes sociais;

1.3.2. Jornais de grande circulação;

1.3.3. Mensagem Eletrônica a potenciais fornecedores.

DO OBJETO

1.4. O presente processo de aquisição/contratação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE APARELHO DE VENTILAÇÃO PULMONAR ADULTO/PED/NEO COM ALTO FLUXO**, conforme especificação detalhada do objeto, segundo o rito estabelecido no Título II do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, para atender às necessidades das unidades de saúde administradas pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), em conformidade com especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.5. A aquisição justifica-se pela essencialidade dos insumos na prestação dos serviços assistenciais aos pacientes, pois são considerados estratégicos de suporte às ações de saúde, que têm por finalidade diagnosticar, prevenir, curar doenças ou aliviar seus sintomas.

1.6. Os itens objetos desta aquisição são padronizados, com consumo regular, de modo que sua aquisição é essencial para a garanti a do abastecimento contínuo das unidades sob administração do IGESDF.

DO PRAZO PARA ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS

1.7. O período de acolhimento das propostas será de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do Edital no site oficial do IGESDF (www.igesdf.org.br), entre os dias 17/01/2025 a 23/01/2025.

DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

1.8. Será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM no julgamento das propostas que atendam adequadamente a descrição do objeto e as condições de participação deste Edital.

DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

1.9. Poderão participar dos processos de compras e contratações do IGESDF as pessoas jurídicas brasileiras ou estrangeiras legalmente autorizadas a funcionar no Brasil, as quais possuam regularidade jurídica, fiscal e trabalhista em plena vigência.

1.10. As compras ou contratações de âmbito internacional ajustar-se-ão às diretrizes estabelecidas pelos órgãos federais responsáveis pela política monetária e pela política de comércio exterior.

1.11. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados de tradução juramentada e estar dentro do prazo de validade.

1.12. Fica vedada a contratação nos processos de compras e contratações de:

1.12.1. Dirigente ou empregado do IGESDF, incluindo os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração, Fiscal;

1.12.2. Servidor público ou detentor de cargo em comissão ou função comissionada ou gratificada, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, que possa ter conflito de interesse com o IGESDF, na execução do contrato de gestão firmado com o Poder Executivo, por intermédio da SES/DF;

1.12.3. Parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau de pessoas elencadas nos Subitens 1.12.1 e 1.12.2;

1.12.4. Empresas apenadas com suspensão pelo IGESDF, registrado no Banco de Dados do Instituto, bem como no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

1.12.5. Pessoas jurídicas nas quais as pessoas elencadas nos subitens 1.12.1 e 1.12.2 tenham participação societária na qualidade de sócio administrador ou gestor da empresa;

1.12.6. Empresas declaradas inidôneas pela autoridade competente.

DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1.13. Uma vez publicado o Edital, será aberto prazo, até o terceiro dia útil que antecede o período de acolhimento das propostas, para apresentação de impugnações, questionamentos técnicos ou esclarecimentos que se fizerem necessários, por parte de qualquer interessado, seguido de dois dias úteis para resposta aos questionamentos, com a possibilidade de publicação de errata. Em caso de errata ao edital, o prazo para acolhimento de propostas poderá ser prorrogado;

1.14. Os pedidos deverão ser enviados ao Núcleo de Compras, por meio do endereço eletrônico: emendas.propostas@igesdf.org.br, informando no campo assunto o número do ID da cotação e/ou por meio da plataforma Apoio cotações, no campo de anexo "outros".

2. DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

DO OBJETO DA AQUISIÇÃO

2.1. O presente processo de aquisição/contratação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE APARELHO DE VENTILAÇÃO PULMONAR ADULTO/PED/NEO COM ALTO FLUXO**, conforme especificação detalhada indicada na tabela abaixo e na Plataforma Apoio Cotações, segundo o rito estabelecido no Título II do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, para atender às necessidades das unidades de saúde administradas pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), em conformidade com especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ITEM	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANT. A SER ADQUIRIDA

APARELHO DE VENTILAÇÃO PULMONAR ADULTO/PED/NEO COM ALTO FLUXO

Especificação:

O EQUIPAMENTO DE VENTILAÇÃO PULMONAR DEVE SER CAPAZ DE FORNECER SUPORTE À VIDA ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE GASES (AR E/OU OXIGÊNIO) PARA OS PULMÕES DE UM PACIENTE. ESSES DISPOSITIVOS PODEM FORNECER RESPIRAÇÃO TEMPORÁRIA OU PERMANENTE PARA PACIENTES QUE NÃO CONSEGUEM RESPIRAR POR CONTA PRÓPRIA OU QUE NECESSITAM DE ASSISTÊNCIA PARA MANTER UMA VENTILAÇÃO ADEQUADA DEVIDO A DOENÇAS, TRAUMAS, DEFEITOS CONGÊNITOS OU EFEITOS DE MEDICAMENTOS (POR EXEMPLO, ANESTÉSICOS).

DEVE SER ENTREGUE COM O PRODUTO TODOS OS CABOS, CONECTORES, ADAPTADORES E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO CONJUNTO OFERTADO.

TODO O SISTEMA DEVERÁ SER MONTADO SOB UM RACK METÁLICO COM RODÍZIOS COM TRAVA E PINTURA ANTICORROSIVA OU DE OUTRO MATERIAL RESISTENTE E EQUIVALENTE, ORIGINAL OU HOMOLOGADO PELO FABRICANTE.

ESPECIFICAÇÕES

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1. CARCAÇA DO EQUIPAMENTO DEVERÁ SER EM MATERIAL RESISTENTE AO USO E AO TEMPO;

1.2. O VENTILADOR PULMONAR DEVERÁ SER ELETRÔNICO MICROPROCESSADO E PERMITIR SEU USO EM PACIENTES NEONATAIS, PEDIÁTRICOS E ADULTOS;

1.3. O VENTILADOR DEVERÁ CONTINUAR VENTILANDO O PACIENTE MESMO COM A FALTA

DE UM DOS GASES EM CASO DE EMERGÊNCIA E ALARMAR INDICANDO O GÁS FALTANTE;

2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

2.1. O EQUIPAMENTO DEVERÁ DISPOR DE SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO COM TELA COLORIDA DE NO MÍNIMO 15 POLEGADAS, TOUCH-SCREEN, QUE PERMITA AJUSTE DE LATERALIZAÇÃO E INCLINAÇÃO E O TAMANHO DA TELA DEVE PERMITIR MINIMAMENTE A VISUALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS VENTILATÓRIOS, COM ACESSO DIRETO A ELES E DA MECÂNICA VENTILATÓRIA, POR MEIO DE CURVAS DE FLUXO, VOLUME E DE PRESSÃO, ASSIM COMO O ARMAZENAMENTO DOS ÚLTIMOS PARÂMETROS AJUSTADOS, DEMONSTRAÇÃO DE ALARMES MÁXIMO E MÍNIMO (AJUSTE AUTOMÁTICO E/OU MANUAL). POSSUIR BRAÇO ARTICULADO PARA SUPORTE DO CIRCUITO RESPIRATÓRIO, PROMOVENDO ERGONOMIA PARA POSICIONAMENTO DO MESMO;

2.2. VENTILADOR COM VENTILAÇÃO DE BACK-UP PARA APNEIA, NOS MODOS ESPONTÂNEOS, QUE PERMITA O RETORNO AUTOMÁTICO DO PACIENTE AO MODO DE ORIGEM CASO O PACIENTE APRESENTE ESTÍMULO RESPIRATÓRIO NOVAMENTE;

2.3. O EQUIPAMENTO DEVE OPERAR POR REDE DE O₂ E AR COMPRIMIDO ATRAVÉS DE COMPRESSOR MONTADO JUNTAMENTE AO RACK E/OU PERMITIR O USO DE COMPRESSOR DE AR EXTERNO E/OU ATRAVÉS DE SISTEMA DE TURBINA EMBARCADO. CADA REDE DEVE SER CANALIZADA E COM PRESSÃO DE ALIMENTAÇÃO ENTRE APROXIMADAMENTE 3 E 6 BAR;

2.4. VENTILADOR COM NEBULIZADOR INTEGRADO SINCRONIZADO COM A FASE INSPIRATÓRIA OU SISTEMA DE

MICRO BOMBA OU ULTRASSÔNICO OU PNEUMÁTICO;

2.5. EQUIPAMENTO COM BLENDER (MISTURADOR) DE O2 ELETRÔNICO INTERNO E/OU EXTERNO, QUE PERMITA O AJUSTE DA FIO2 DE 21 A 100%;

2.6. O VENTILADOR DEVE POSSUIR SISTEMA DE AUTO TESTE (AUTODIAGNÓSTICO) PARA DETECÇÃO DE VAZAMENTO NO CIRCUITO RESPIRATÓRIO BEM COMO MEDIR A COMPLACÊNCIA E RESISTÊNCIA DO CIRCUITO PARA MAIOR PRECISÃO DE LEITURA; BEM COMO MEDIR A COMPLACÊNCIA E RESISTÊNCIA DO CIRCUITO PARA MAIOR PRECISÃO DE LEITURA.

2.7. DISPOR DE RECURSO/TECLA PARA ACIONAR PAUSA MANUAL INSPIRATÓRIA E EXPIRATÓRIA;

3. CONTROLES, FAIXA DE AJUSTE E RECURSOS:

3.1. OS CONTROLES (OU SEJA, INTERRUPTORES, BOTÕES) DEVEM SER CLARAMENTE IDENTIFICÁVEIS E SUAS FUNÇÕES DEVEM SER EVIDENTES;

3.2. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR AJUSTE DO PADRÃO DE FLUXO/ FORMA DE ONDA;

3.3. O DESIGN DEVE EVITAR INTERPRETAÇÕES ERRÔNEAS DE EXIBIÇÕES E CONFIGURAÇÕES DE CONTROLE;

3.4. OS CONTROLES DEVEM SER PROTEGIDOS CONTRA ALTERAÇÕES ACIDENTAIS DE CONFIGURAÇÃO (POR EXEMPLO, DEVIDO A ALGUÉM ESBARRAR NO PAINEL) E SER VEDADOS PARA EVITAR A PENETRAÇÃO DE FLUIDOS (IP21 OU MAIOR);

3.5. ALÉM DISSO, O EQUIPAMENTO DEVE POSSIBILITAR O TRABALHAR E AJUSTAR OS PARÂMETROS DE:

3.5.1. VOLUME CORRENTE PROGRAMÁVEL DE NO MÍNIMO 2ML ATÉ 2500 ML, OU MAIOR;

3.5.2. TAXA DE FLUXO INSPIRATÓRIO AJUSTÁVEL MINIMAMENTE ENTRE 2 A 180

L/MIN OU ACIMA;

3.5.3. PRESSÃO CONTROLADA INSPIRATÓRIA AJUSTÁVEL MINIMAMENTE ENTRE 1 A 100 CMH2O;

3.5.4. PROPORÇÃO I:E DE PELO MENOS 1:10 A 4:1;

3.5.5. PRESSÃO INSPIRATÓRIA ENTRE 1 A 100 CMH2O;

3.5.6. PRESSÃO DE SUPORTE ENTRE 2 A 70 CMH2O;

3.5.7. PEEP/CPAP DE PELO MENOS 0-50 CMH2O;

3.6. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR VENTILAÇÃO RESERVA PARA APNEIA E OXIGENIOTERAPIA DE ALTO FLUXO;

3.7. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR BOTÃO AUTO AJUSTE DA CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO (FIO2) ENTRE 21 A 100%;

3.8. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE VAZAMENTO;

3.9. DEVE AINDA PERMITIR POSSUIR AS FUNÇÕES DE:

3.9.1. SENSIBILIDADE POR FLUXO, OU, PRESSÃO;

3.9.2. PAUSA INSPIRATÓRIA E EXPIRATÓRIA;

3.9.3. OXIGENOTERAPIA DE ALTO FLUXO;

4. MODOS DE VENTILAÇÃO:

4.1. VENTILAÇÃO ASSISTIDO/CONTROLADO COM CICLAGEM A VOLUME (A/C-VCV);

4.2. VENTILAÇÃO ASSISTIDO/CONTROLADO COM CICLAGEM A VOLUME A PRESSÃO (A/C-PCP);

4.3. VENTILAÇÃO MANDATÓRIA INTERMITENTE SINCRONIZADA A VOLUME CONTROLADO SIMV (SIMV-V) OU EQUIVALENTE;

4.4. VENTILAÇÃO MANDATÓRIA INTERMITENTE SINCRONIZADA A PRESSÃO CONTROLADO SIMV (SIMV-P) OU EQUIVALENTE;

4.5. VENTILAÇÃO COM LIBERAÇÃO

DE PRESSÃO NAS VIAS AÉREAS (APRV);

4.6. VENTILAÇÃO POR PRESSÃO POSITIVA CONTÍNUA NAS VIAS AÉREAS;

4.7. VENTILAÇÃO POR PRESSÃO POSITIVA DE DOIS NÍVEIS NAS VIAS AÉREAS;

4.8. VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA (VNI);

4.9. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR MODO/CONFIGURAÇÃO PARA TERAPIA DE ALTO FLUXO;

4.10. O EQUIPAMENTO DEVE TER CAPACIDADE PARA FORNECER COMPENSAÇÃO DE VAZAMENTO;

4.11. VENTILAÇÃO DE BACKUP NO MÍNIMO PARA OS MODOS ESPONTÂNEOS;

5. PARÂMETROS MONITORADOS/EXIBIDOS:

5.1. DEVE AINDA PERMITIR O MONITORAMENTO COM INDICAÇÃO NO DISPLAY DOS SEGUINTE PARÂMETROS:

5.1.1. COMPLACÊNCIA;

5.1.2. PRESSÃO MÉDIA DE VIA AÉREA;

5.1.3. VOLUME EXPIRATÓRIO

5.1.4. ÍNDICE DE RESPIRAÇÃO RÁPIDA SUPERFICIAL (RSBI);

5.1.5. VOLUME CORRENTE;

5.1.6. VOLUME MINUTO;

5.1.7. VOLUME MINUTO ESPONTÂNEO;

5.1.8. FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA;

5.1.9. PRESSÃO INSPIRATÓRIA DE PICO;

5.1.10. PRESSÃO MÉDIA DE VIAS AÉREAS;

5.1.11. FIO2 (% INSPIRADO), COM SENSOR PARAMAGNÉTICO, OU, ULTRASSÔNICO, OU TECNOLOGIA COMPROVADAMENTE SUPERIOR;

5.1.12. TEMPO INSPIRATÓRIO;

5.1.13. TEMPO EXPIRATÓRIO;

5.1.14. PROPORÇÃO DE I:E;

1

10131

UNIDADE

6

5.1.15. PRESSÃO DE PLATÔ;

5.1.16. PRESSÃO POSITIVA AO FINAL DA EXPIRAÇÃO - PEEP OU PEEPI OU AUTO PEEP OU PARÂMETROS COMPROVADAMENTE SIMILARES;

5.1.17. PRESSÃO DE OCLUSÃO DE VIAS AÉREAS (P0.1);

6. APRESENTAÇÃO DAS CURVAS E LOOPS DE VENTILAÇÃO:

6.1. DEVE AINDA POSSUIR AS SEGUINTE FERRAMENTAS PARA AVALIAÇÃO DO PACIENTE:

6.1.1. FERRAMENTAS DE RECRUTAMENTO PULMONAR (LOOPS PV);

7. APRESENTAÇÃO DAS CURVAS E LOOPS DE VENTILAÇÃO:

7.1. O EQUIPAMENTO DEVE INCLUIR FORMAS DE ONDA, TENDÊNCIAS E LOOPS;

7.2. OS LOOPS DEVEM PODER SER SALVOS PARA COMPARAÇÕES E TENDÊNCIAS DE VARIÁVEIS MONITORADAS;

7.3. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR AJUSTE PARA CURVA DE FLUXO;

7.4. O EQUIPAMENTO DEVE PERMITIR TRAÇAR TENDÊNCIAS GRÁFICAS E TABULARES DE NO MÍNIMO 72 HORAS;

7.5. O EQUIPAMENTO DEVE EXIBIR AS SEGUINTE CURVAS EM SEU MONITOR:

7.5.1. PRESSÃO X TEMPO;

7.5.2. VOLUME X TEMPO;

7.5.3. FLUXO X TEMPO;

7.5.4. ETCO₂;

7.6. O EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR EM TELA OS SEGUINTE LOOPS:

7.6.1. PRESSÃO X VOLUME;

7.6.2. FLUXO X VOLUME;

8. INDICADORES VISUAIS:

8.1. O EQUIPAMENTO DEVE EXIBIR INDICAÇÃO VISUAL QUANDO:

8.1.1. LIGADO NA REDE ELÉTRICA;

8.1.2. EM CASO DE BATERIA DE

EMERGÊNCIA EM USO;

8.1.3. E QUANDO OS ALARMES SONOROS FOREM SILENCIADOS TEMPORARIAMENTE;

9. ALARMES:

9.1. ALARMES DO PACIENTE, TANTO VISUAIS QUANTO SONOROS, DEVEM ESTAR DISPONÍVEIS PARA:

9.1.1. FIO2 ALTA E BAIXA;

9.1.2. APNEIA;

9.1.3. VOLUME MINUTO BAIXO;

9.1.4. PRESSÃO INSPIRATÓRIA BAIXA OU EQUIVALENTE;

9.1.5. PEEP ALTA;

9.1.6. ALTO VOLUME POR MINUTO;

9.1.7. ALTA PRESSÃO;

9.1.8. DESCONEXÃO DO CIRCUITO RESPIRATÓRIO;

9.1.9. ALTA FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA;

9.1.10. VOLUME CORRENTE EXPIRATÓRIO ALTO;

9.1.11. FALHA NO FORNECIMENTO DE GÁS;

9.1.12. FALTA DE ENERGIA;

9.1.13. BAIXA CARGA DA BATERIA;

9.1.14. VENTILAÇÃO INOPERANTE;

9.1.15. DESCONEXÃO DO CIRCUÍTO RESPIRATÓRIO;

9.1.16. AUTODIAGNÓSTICO;

9.2. TODOS OS ALARMES DEVEM SER DISTINTOS E FÁCEIS DE IDENTIFICAR. ALÉM DISSO, SE O VOLUME DO ALARME SONORO FOR AJUSTÁVEL, NÃO DEVERÁ SER POSSÍVEL DIMINUIR O VOLUME PARA UM NÍVEL TÃO BAIXO QUE O ALARME FIQUE INAUDÍVEL;

9.3. O RECURSO DE SILÊNCIO DO ALARME DEVERÁ SER REATIVADO AUTOMATICAMENTE DENTRO DE DOIS MINUTOS (DETERMINAÇÃO DA NBR 13763) SE A CONDIÇÃO NÃO FOR CORRIGIDA. SE UM ALARME FOR SILENCIADO, UMA EXIBIÇÃO VISUAL DEVERÁ PERMANECER ACESA PARA INDICAR

CLARAMENTE QUAL ALARME ESTÁ DESATIVADO;

10. FUNCIONALIDADES EXTRAS:

10.1. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR NO MÍNIMO UMA SAÍDA RS232 OU EQUIVALENTE, E AS SEGUINTEs INTERFACES DE CONEXÃO:

10.1.1. CHAMADA DE ENFERMEIRA;

10.1.2. USB;

10.1.3. VGA;

10.2. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR PORTA DE ALARME E AQUELES QUE ASSOCIAREM EXIBIÇÃO REMOTA TERÃO PREFERÊNCIA;

10.3. O EQUIPAMENTO DEVE PERMITIR VISUALIZAR, SALVAR, EMITIR E EXTRAIR OS RELATÓRIOS EMITIDOS (ALARMES DE VENTILAÇÃO E STATUS DO PACIENTE) PARA IMPRESSÃO;

11. CONECTIVIDADE DE DADOS:

11.1. O EQUIPAMENTO DEVERÁ PERMITIR CONEXÃO HIS COM PROTOCOLO FHIR, HL7, TCP/IP OU PROTOCOLO EQUIVALENTE, POSSIBILITANDO VISUALIZAÇÃO NO MODO LEITO A LEITO;

12. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA:

12.1. BATERIA = RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA DE NO MÍNIMO 1 HORA

12.2. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA DE 220V OU BIVOLT AUTOMÁTICA COM TOMADA SIMPLES DE 3 PINOS, 50/60 HZ;

13. ACESSÓRIOS E DEMAIS ITENS QUE DEVERÃO ACOMPANHAR O PRODUTO:

- 01 (UM) UMIDIFICADOR AQUECIDO, SERVO CONTROLADO, HOMOLOGADO PELO FABRICANTE, COM 01(UMA) JARRA TÉRMICA

- 02 (DOIS) CIRCUITOS PACIENTE PEDIÁTRICO/ADULTO AUTOCLAVÁVEL,

- 01 (UM) CIRCUITO PACIENTE NEONATAL/PEDIÁTRICO

AUTOCLAVÁVEL E AQUECIDO, OU, 10 (DEZ) CIRCUITOS PACIENTE NEONATAL/PEDIÁTRICO AQUECIDO DE USO ÚNICO,

- 02 (DOIS) SENSORES DE FLUXO EXPIRATÓRIO ADULTO/PEDIÁTRICO REUTILIZÁVEL,

- 05 (CINCO) SENSORES DE FLUXO NEONATAL, PROXIMAL, REUTILIZÁVEL/AUTOCLAVÁVEL,

- 01 (UM) CABO PARA SENSOR DE FLUXO NEONATAL, QUANDO APLICÁVEL

- 05 (CINCO) FILTROS BACTERIOLÓGICOS DE USO ÚNICO

- 01 (UM) FILTRO DE ENTRADA DE AR

- 02 (DUAS) VÁLVULAS/CASSETES EXPIRATÓRIOS AUTOCLAVÁVEIS,

- 01 (UM) PULMÃO TESTE ADULTO/PEDIÁTRICO,

- 01 (UM) PULMÃO TESTE NEONATAL,

- 01 (UM) CONJUNTOS PARA NEBULIZAÇÃO AUTOCLAVÁVEL,

- 01 (UM) CONJUNTO PARA NEBULIZAÇÃO AUTOCLAVÁVEL NEONATAL/PEDIÁTRICO,

14. OUTRAS INFORMAÇÕES:

14.1. ATENDIMENTO ÀS NORMAS:

14.1.1. NBR IEC 60601-1;

14.1.2. NBR IEC 60601-1-2;

14.1.3. NBR ISO 80601-2 - 12:2014- GRAU DE PROTEÇÃO IP21 OU SUPERIOR.

>A CRITÉRIO DO IGESDF, PODERÁ SER ESTABELECIDO PRAZO SUPERIOR DE ENTREGA. DURANTE A VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, O LOCAL DE ENTREGA PARA FORNECIMENTO PODERÁ SOFRER MODIFICAÇÕES, A CRITÉRIO DO IGESDF. NESTE CASO, O NOVO ENDEREÇO PARA ENTREGA CONSTARÁ NA ORDEM DE FORNECIMENTO.

	<p>> A PROPOSTA DEVERÁ SER ACOMPANHADA DE CATÁLOGOS ORIGINAIS DO FORNECEDOR/FABRICANTE DOS PRODUTOS E MANUAL DO USUÁRIO PARA CONFIRMAÇÕES DOS REQUISITOS SOLICITADOS</p>	
--	---	--

DAS AMOSTRAS E PROSPECTOS

- 2.2. O IGESDF se reserva o direito de solicitar amostras, prospectos, bulas, catálogos, fichas técnicas e/ou informações detalhadas para constatar se o produto ofertado apresenta as especificações exigidas na seleção de fornecedores.
- 2.3. A solicitação de amostra se dará ao fornecedor provisoriamente vencedor, quando realizada na fase de julgamento das propostas.
- 2.4. Quando solicitado, a amostra deverá ser apresentada no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação, juntamente com os catálogos, bula e/ou prospectos que contenham a descrição detalhada, em português, do produto ofertado.
- 2.4.1. Os prospectos, bulas, catálogos, fichas técnicas e/ou informações detalhadas, quando solicitados independente da amostra, deverão ser apresentados no **prazo máximo de 1 dia útil**, contados da solicitação.
- 2.5. Será reprovada, para o item avaliado, a proposta da empresa que não entregar a amostra no prazo previsto ou entregar a amostra fora das especificações mínimas exigidas neste Edital e seus Anexos.
- 2.6. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa e/ou código de rastreamento da entrega, o prazo de recebimento das amostras poderá ser prorrogado, desde que a prorrogação do prazo não ofereça risco à continuidade dos serviços prestados pelo IGESDF.
- 2.7. As amostras deverão ser entregues no endereço SIA TRECHO 17 Rua 6 Lote 115 - Guará, Brasília - DF, CEP 71.200-216 no horário de 08:00 às 16:00 horas, devidamente identificadas com o número do processo de compras e contratação.
- 2.8. As amostras entregues sem a devida identificação poderão acarretar na desclassificação da empresa, serem desconsideradas, bem como descartadas ou destinadas para outros fins sem ônus para o IGESDF.
- 2.9. Para avaliação da amostra, o IGESDF pode consumir e utilizar o material entregue. Neste caso, a amostra não será devolvida para o fornecedor. Caso seja possível, e em comum acordo entre as duas partes, as amostras poderão ser devolvidas, sendo o recolhimento de responsabilidade do fornecedor, dentro do prazo acordado. Caso a amostra não seja recolhida no prazo acordado, o IGESDF poderá descartá-la sem ônus.
- 2.10. Para as amostras que forem aprovadas, o quantitativo não será deduzido do montante a ser entregue, caso a empresa seja contratada.
- 2.11. Sendo a amostra apresentada reprovada, o Fornecedor será desclassificado.
- 2.12. A qualquer momento, durante o processo, o local de entrega das amostras poderá sofrer modificações, a critério do IGESDF.

DA VISTORIA TÉCNICA

- 2.13. As empresas interessadas poderão realizar vistoria técnica nos locais da instalação dos equipamentos em até 2 (dois) dias úteis antes do limite de envio das propostas, de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como, de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços.
- 2.14. A vistoria deverá ser comunicada, previamente, pela Empresa ao IGESDF, por meio do endereço eletrônico colab@igesdf.org.br ou pelo telefone (61) 3550-8900, ramal 9248.

- 2.15. O fornecedor autorizará a vistoria informando, por e-mail, a data, o horário e o profissional indicado para acompanhamento da vistoria.
- 2.16. A vistoria poderá ser realizada quantas vezes a empresa julgar necessário para a elaboração de sua proposta, desde que obedeçam ao prazo estipulado no item 2.13.
- 2.17. Os custos das vistorias correrão por conta exclusiva da empresa.
- 2.18. Em nenhuma hipótese, a empresa poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe vistoriado, e arcará com qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 2.19. Durante a vistoria, a empresa poderá efetuar medições para subsidiar a elaboração de suas propostas e eliminar possíveis omissões, falhas ou incompatibilidade destas com o disposto no Elemento Técnico.

DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

2.20. Os itens objeto de contratação deverão ser entregues no prazo de **60** dias corridos, contados do recebimento pelo detentor da Ordem de Compra, exceto quando, a critério do IGESDF, for estabelecido prazo superior ou inferior da Ordem de Compra, no horário de 08h00min as 16h00min ou conforme agendamento e o descarregamento dos produtos será de responsabilidade do Fornecedor, conforme tabela abaixo:

LOCAL DE ENTRAGA	PRAZO DE ENTREGA	QUANTIDADE
UPA CEILÂNDIA I	60	02
UPA SÃO SEBASTIÃO	60	04

2.21. Durante a vigência, o local de entrega para fornecimento poderá sofrer modificações, a critério do IGESDF, e ocorrer em qualquer unidade do Instituto. Neste caso, o novo endereço para entrega constará na Ordem de Fornecimento.

DAS CONDIÇÕES PARA ENTREGA

2.22. Quando o fornecedor realizar emissão da Nota Fiscal deve obrigatoriamente constar número da Emenda, da Cotação e do Contrato.

2.23. O Fornecedor dirigirá-se ao local da entrega, munido da Nota Fiscal, cópia do instrumento contratual e da Ordem de Fornecimento.

2.23.1. Os produtos deverão ser entregues no interior do local designado e o descarregamento dos mesmos será de responsabilidade do Fornecedor.

2.23.2. O Fornecedor deverá entregar, juntamente com o equipamento, o Manual Técnico e o Operacional em português e todos os acessórios para o perfeito funcionamento (cabos, plugues, etc).

2.23.3. Os certificados de calibração dos equipamentos deverão ser entregues juntamente aos equipamentos, caso a calibração seja aplicável.

DAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E INSTALAÇÃO

2.24. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser entregue(s) dentro da mais perfeita integridade, sem avarias ou estragos, observando o seguinte:

2.24.1. A embalagem original deve estar em perfeito estado, sem sinais de violação, de acordo com legislação pertinente, e identificada com as informações: especificação, quantidade, data de fabricação, número de série, número do registro/cadastro do produto na ANVISA/MS, quando for o caso;

2.24.2. A embalagem deve ser adequada à natureza do objeto, portanto, resistente ao peso, à forma e às condições de transporte. Além disso, as embalagens externas (secundárias) devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo);

O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender às especificações

técnicas do produto (temperatura, calor, umidade, luz) e o(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s).

2.24.3. Todo o equipamento, bem como sua instalação, deverá estar de acordo com as leis e normas vigentes e aplicáveis.

2.24.4. O Fornecedor deverá disponibilizar todos os equipamentos com data de fabricação e garantia, e serão avaliados pelos responsáveis técnicos da Unidade Solicitante.

2.24.5. Caso seja necessária adequação da infraestrutura para instalação do equipamento, a empresa, após assinatura do Contrato, deverá enviar os projetos elétricos, de climatização/exaustão e hidráulica, entre outros, para adequação do local pelo IGESDF, quando aplicável.

DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

2.25. Os equipamentos e materiais ofertados deverão impreterivelmente ter a assistência técnica autorizada pelo fabricante ou prestadores de serviço que possam visitar a região local onde os equipamentos serão instalados.

2.26. **O período de garantia dos equipamentos será de 24 (vinte e quatro) meses.**

2.27. No decorrer do período de garantia de aquisição, eventuais defeitos nos equipamentos fornecidos deverão ser prontamente corrigidos pela Contratada. Nesses casos, os produtos (materiais/equipamentos), componentes ou peças deverão ser substituídos por novos e originais, sem ônus para a Contratante no prazo de até 10 (dez) dias úteis imediatamente após o recebimento dos equipamentos.

2.28. Sempre que realizado suporte de garantia técnica, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas nos materiais e/ou equipamentos.

2.29. No decorrer da garantia de aquisição, será de responsabilidade da Contratada o custeio com transporte e guarda dos produtos, quando retirados para conserto em oficina especializada.

2.30. A Contratada deverá realizar manutenção gratuita nos materiais e equipamentos até o final da garantia de aquisição, incluindo manutenção corretiva com substituição de peças, caso necessário, e manutenção preventiva conforme recomendação do fabricante, calibração e teste de segurança elétrica, se aplicável.

2.31. O prazo de primeiro atendimento será de até 48 (quarenta e oito) horas úteis contadas da abertura do chamado via telefone ou e-mail, desconsiderando finais de semana e feriados, e o conserto deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, salvo comprovação de impossibilidade, reconhecida pela Contratante.

2.32. A manutenção dos equipamentos deverá ocorrer preferencialmente no Hospital ou UPA onde estiverem instalados os equipamentos. Caso não seja possível, a manutenção, a remoção do equipamento do Hospital ou da UPA até a Assistência Técnica Autorizada se dará sem qualquer ônus para a Contratante. Todos os custos de frete e seguro de transporte para remoção e envio do equipamento com defeito e de backup serão ônus da Contratada.

2.33. Durante a vigência da garantia de aquisição do equipamento, o fornecedor deverá garantir o Atendimento Técnico disponível em horário comercial.

TREINAMENTOS

2.34. Deverá ser aplicado treinamento operacional gratuito aos colaboradores que irão operar os equipamentos objetos deste elemento técnico a serem ministrados no local de instalação, sem qualquer custo adicional, para manuseio dos equipamentos que contemplem todas as equipes da instituição e que utilizarão o(s) equipamento(s), de modo a cobrir os diferentes turnos de trabalho.

2.35. Os treinamentos deverão ser aplicados "in loco", apenas mediante solicitação e/ou aceite da CONTRATANTE e os treinamentos poderão ser realizados de modo remoto, desde que satisfaça as necessidades da CONTRATANTE, em até 02 (duas) semanas após instalação e testes do equipamento à CONTRATANTE.

2.36. Caso a CONTRATANTE constate que há a necessidade de reciclagens no treinamento

operacional, durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá atender sem nenhum ônus adicional, desde que acordado entre as partes com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis e que não ultrapasse o teto do número de treinamentos, que será de 02 (dois) treinamentos por ano, durante a vigência da garantia de aquisição. Essas reciclagens quando aplicáveis poderão ser realizadas de modo remoto, desde que satisfaça as necessidades da CONTRATANTE.

2.37. A empresa será obrigada a fornecer treinamento técnico à no mínimo 04 (quatro) pessoas da equipe técnica (Engenharia Clínica) do Instituto, sem ônus à Contratante, de modo a permitir o diagnóstico inicial de eventuais falhas e a execução de manutenções de baixa complexidade nos equipamentos a serem adquiridos, após o término da garantia de aquisição.

3. DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS

CADASTRO DAS PROPOSTAS NA PLATAFORMA ELETRÔNICA DE COTAÇÃO

3.1. O participante deverá **cadastrar o preço da cotação** e anexar a documentação de habilitação na plataforma de compras, por meio do sistema eletrônico no site da plataforma de cotação, até a data e horário definidos.

3.2. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site de cotação nos campos específicos para login e senha.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não será aceita, no mesmo item ou lote, a participação de duas ou mais empresas com os mesmos sócios e/ou representantes legais.

3.6. O participante será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firme e verdadeira sua proposta de preços.

3.7. Os valores deverão ser apresentados em moeda corrente nacional e deverão estar inclusos todos os custos operacionais, frete, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que indicam direta ou indiretamente no fornecimento do produto.

3.8. Serão consideradas **02 (duas) casas decimais após a vírgula** para os preços unitários e totais.

3.9. A proposta apresentada terá validade de 90 (noventa) dias, contados da data de encerramento da cotação.

3.10. Deverá ser ofertada uma única cotação, com uma única apresentação, com preços unitários e totais por item.

3.11. O item ofertado deve estar em conformidade com as especificações solicitadas na plataforma de compras, no ID da cotação vinculado à este Edital, devendo ser informado uma única marca e/ou fabricante e quando couber, informar modelo e/ou referência.

3.12. Não haverá sessão pública para abertura das propostas recebidas.

3.13. Prevalecerão no caso de divergências, as informações do preço unitário sobre o total, os valores por extenso sobre os numéricos e o **preço cadastrado na plataforma de compras sobre a proposta escrita**.

3.14. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, forem omissas ou apresentarem irregularidade insanáveis, tais como: valores manifestamente inexequíveis, exorbitantes, iguais a zero ou acima dos preços praticados no mercado.

3.15. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. Entende-se por preços inexequíveis os que forem inferiores ao custo de

produção, acrescidos dos encargos legais, hipótese em que o proponente será convocado para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado. Caso não seja demonstrada a viabilidade ou o proponente for omissivo, a proposta será desclassificada em decisão fundamentada.

3.16. Encerrado o prazo de cotação na plataforma, proceder-se-á com a publicação, no sítio institucional do IGESDF, da relação nominal dos concorrentes.

3.17. O participante não relacionado que comprovar ter cadastrado tempestivamente a cotação na plataforma de compras, terá o prazo de 01 (um) dia útil para solicitar sua inclusão na relação nominal dos concorrentes.

3.18. A apresentação da proposta implicará a tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram suficientes para que os serviços sejam executados nas condições estipuladas pelo contrato e seus anexos.

DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NA PLATAFORMA ELETRÔNICA DE COTAÇÃO

3.19. Para habilitação dos proponentes e seguimento da classificação das propostas, será exigida a seguinte documentação:

3.19.1. **Proposta formal contendo informações de entrega e instalação, treinamento e garantia técnica.**

3.19.2. **Habilitação Jurídica:**

3.19.2.1. Cópia da Cédula de identidade, quando se tratar de Pessoa Física;

3.19.2.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

3.19.2.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado e/ou alteração, em se tratando de Sociedades Comerciais, e no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

3.19.2.4. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

3.19.2.5. Cópia do Documento de Identidade e CPF do Representante Legal da empresa.

3.19.2.6. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o encaminhamento do instrumento público ou particular, neste último caso, com firma reconhecida em cartório.

3.19.3. **Habilitação Técnica:**

3.19.3.1. Registro ou cadastro dos produtos, ou dispensa do registro, no Ministério da Saúde/ANVISA, devendo constar a validade (dia/mês/ano) ou Cópia autenticada do registro no Ministério da Saúde publicado no D.O.U., grifando o número relativo a cada produto cotado ou Cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

3.19.3.2. Ficará a cargo do Fornecedor, provar que o produto objeto do Ato Convocatório não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária, quando for aplicável.

3.19.3.3. Alvará Sanitário/Licença Sanitária ou Licença de Funcionamento, expedidos pela Vigilância Sanitária Municipal, Estadual ou Distrital de acordo com a sede do fornecedor.

3.19.3.4. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando aplicável.

3.19.3.5. Os equipamentos e materiais ofertados precisam ter assistência técnica autorizada no Território Nacional, portanto apresentar relação da rede de assistência técnica autorizada no Brasil.

3.19.3.6. Prospectos, catálogos, fichas técnicas e/ou informações detalhadas dos equipamentos.

3.19.4. **Quanto à Representação:**

3.19.4.1. Se representante legal, apresentar procuração por instrumento particular ou

público, com poderes para praticar os atos pertinentes da Seleção de Fornecedores;

3.19.4.2. Na hipótese de procuração por instrumento particular, deverá vir acompanhada do documento constitutivo do proponente ou de outro documento em que esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário; e

3.19.4.3. O representante legal constante na procuração deverá apresentar documento comprobatório autenticado reconhecido nacionalmente (CNH, carteira de identidade, registro profissional ou outro), assim como do sócio outorgante.

3.20. Serão considerados como recebidos em ato conjunto com a apresentação da proposta comercial, os documentos previamente cadastrados no perfil do fornecedor na plataforma de cotação, para fins de habilitação jurídica e técnica. Poderão ser enviados de forma complementar aqueles com vigência expirada ou não cadastrados no sistema e exigidos neste Edital, no prazo estabelecido no item 3.17.

3.21. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

3.22. A critério do IGESDF, a qualquer momento durante o processo ou no prazo de vigência do instrumento contratual, poderá ser solicitado, para fins de comprovação, as cópias autenticadas ou originais da documentação exigida neste Edital.

4. DA NEGOCIAÇÃO

4.1. Será efetivada a publicação, no sítio institucional do IGESDF, do resultado preliminar do certame, contendo o valor da menor proposta.

4.2. Após a publicação do resultado preliminar, será aberto prazo de 01 (um) dia útil para negociação, no qual todas as concorrentes poderão manifestar interesse em reduzir o valor ofertado para patamar inferior ao vencedor provisório, devendo apresentar, no mesmo prazo, a proposta negociada.

4.2.1. Não será admitida proposta apresentada intempestivamente.

4.3. Na fase de negociação, poderá ser solicitada a prorrogação do prazo de validade da proposta apresentada.

4.4. Na análise de aceitabilidade do preço ofertado, poderão ser solicitadas à empresa participante cópias de notas fiscais emitidas a, no máximo, 90 (noventa) dias ou contratos vigentes com outras empresas.

4.5. Na impossibilidade de apresentação de notas fiscais emitidas a, no máximo, 90 (noventa) dias ou contratos vigentes, a empresa deverá apresentar declaração, conforme modelo apresentado no Anexo I deste Edital, informando os motivos e atestando que os preços praticados são compatíveis com os preços de mercado, sob pena de incorrer na prática do crime previsto no art. 299 do Código Penal.

4.6. Após a fase de negociação será declarada vencedora a empresa que apresentar a melhor proposta negociada, obedecendo aos critérios definidos.

4.7. Quando houver empate entre duas ou mais empresas qualificadas, será solicitada a renegociação, com prazo de 04 (quatro) horas para retorno da proposta renegociada.

4.8. Permanecendo a situação de empate, serão utilizados ordenadamente os seguintes critérios:

4.8.1. Primeiro: Maior quantidade de itens com menor preço aprovados no processo;

4.8.2. Segundo: Empresa nacional;

4.8.3. Terceiro: Empresa com maior tempo de atividade no mercado;

4.8.4. Quarto: Sorteio.

4.9. Em caso de utilização do quarto critério, o sorteio será realizado por comissão constituída de no mínimo 03 (três) membros funcionários do IGESDF, que registrará o fato em Ata e esta por sua vez passará a ser parte integrante do processo.

4.10. Nos casos em que a empresa participante com a proposta mais vantajosa não atender às

exigências e condições deste Edital e seus anexos, será examinada a proposta subsequente na ordem de classificação, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda completamente a todos os requisitos exigidos.

5. DOS RECURSOS

5.1. Será publicada no sítio institucional do IGESDF a Ata Final de Resumo de Compras, na qual constará o histórico do processo.

5.2. Após a publicação da Ata Final de Resumo de Compras e/ou Contratações, será aberto prazo para recurso administrativo, a ser interposto em até 02 (dois) dias úteis, contra:

5.2.1. Habilitação ou inabilitação;

5.2.2. Julgamento das propostas.

5.3. O processo de compras e/ou contratações terá fase recursal única, após a publicação da Ata Final, momento em que a falta de manifestação dos participantes ensejará a preclusão do direito de recorrer.

5.4. Os recursos deverão ser enviados, por meio do endereço eletrônico: emendas.propostas@igesdf.org.br, informando no campo assunto o número da cotação.

5.5. Admitido o recurso, poderão ser intimados os demais interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões, concedendo-lhes o mesmo prazo de 2 (dois) dias úteis, que começará a ser contado do término do prazo recursal.

5.6. A falta de manifestação do fornecedor de interpor recurso importará na decadência do direito de sua apelação.

5.7. Encerrada a fase recursal, o objeto será adjudicado à empresa vencedora e, posteriormente, encaminhando o processo para homologação da autoridade superior.

6. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

6.1. Concluída a etapa de seleção de fornecedores com o fornecedor adjudicado, a autoridade competente procederá a homologação do processo.

6.2. Todos os avisos pertinentes a esse processo de aquisição/contratação serão publicados no site oficial do IGESDF (www.igesdf.org.br), não podendo os interessados alegar desconhecimento da informação.

7. DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

DO ENVIO DE DOCUMENTOS PARA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

7.1. Homologado o resultado do processo de compras, será realizada a análise das seguintes certidões de regularidade fiscal e trabalhista:

7.1.1. CNPJ – Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

7.1.2. União – Certidão Negativa de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

7.1.3. CNDT – Certidão Negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou certidão positiva com efeitos de negativa;

7.1.4. FGTS – Certidão Negativa de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante Certificado de Regularidade;

- 7.1.5. Certidão Negativa de regularidade perante as Fazendas Municipal, Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADA;
- 7.1.6. CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria Geral da União;
- 7.1.7. CNJ – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- 7.1.8. TCU – Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União; e
- 7.1.9. Certidão Negativa de Falência ou Concordata (art.192, Lei nº11.101/2005), Recuperação Judicial ou Extrajudicial e Execução patrimonial, expedidas pelo setor de distribuição da Justiça Comum, Justiça Federal e Justiça do Trabalho do domicílio ou domicílios da pessoa física ou jurídica. Caso a participante esteja em processo de recuperação judicial, impossibilitada de atender a presente solicitação, deverá a mesma comprovar que efetivamente encontra-se em tal situação, devendo para tanto, apresentar certidão positiva ou documento capaz de demonstrar tal circunstância. Restando demonstrado que a participante encontra-se em recuperação judicial, tal situação não será motivo ensejador de inabilitação e consequente desclassificação, permitindo a sua participação na seleção de fornecedores, desde que atendidas as demais exigências e demonstrada a sua capacidade econômica para a execução do contrato.
- 7.2. A empresa cadastrada no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Ministério do Planejamento poderá encaminhar declaração do SICAF/SIASG em substituição às certidões elencadas nos subitens 7.1.1 a 7.1.5.
- 7.3. A empresa poderá enviar o extrato da Consulta de Situação de Pessoa Jurídica presente no portal do TCU em substituição aos subitens 7.1.6 a 7.1.8.
- 7.4. O vencedor deverá providenciar seu cadastro de usuário externo na plataforma SEI – conforme instruções apresentadas no Anexo V deste edital, tendo o prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o instrumento contratual ou aceitar os termos equivalentes - Anexo III, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento de Compras e Contratações do IGESDF.
- 7.5. Na hipótese de o vencedor não possuir a documentação prevista no item 7.1 ou não assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido, o IGESDF poderá convocar a próxima empresa classificada de acordo com a Ata Final Resumo de Compras, respeitando a ordem de classificação, para firmar o instrumento contratual.
- 7.6. A vigência do Instrumento Contratual será de 12 meses ou até a entrega total do objeto contratado, o que ocorrer primeiro..
- 7.7. A partir da assinatura do instrumento contratual ou aceite dos termos, a contratada deverá iniciar o fornecimento do objeto de acordo com o informado na seleção de fornecedores e item 2 deste Edital, conforme quantidades solicitadas.
- 7.8. A contratada se obriga a manter o fornecimento de bens e serviços, caso exista risco a vida dos pacientes, por no mínimo 90 (noventa) dias ou até a celebração de contrato com outro fornecedor.
- 7.9. A referida vigência não exonera o fornecedor do cumprimento da garantia mínima do(s) produto(s), contados a partir da data do termo de recebimento definitivo do objeto.

DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 7.10. O vencedor que não incorrer nos impedimentos para contratação, nos termos do art. 7º da Resolução COND/IGESDF nº 3/2024 (Regulamento Próprio de Compras e Contratações) após providenciar seu cadastro de usuário externo na plataforma SEI – conforme subitem 7.4 e instruções apresentadas no Anexo V deste edital, proceder à assinatura do instrumento contratual ou aceitar os termos equivalentes no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir do cadastramento de usuário externo na plataforma SEI, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo à aplicação das sanções previstas no Regulamento de Compras e Contratações do IGESDF.
- 7.11. Na hipótese de o vencedor não possuir a documentação prevista no item 7.1 ou não assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido no item 7.4, o IGESDF poderá convocar a próxima

empresa classificada de acordo com a Ata Final Resumo de Compras, respeitando a ordem de classificação, para firmar o instrumento contratual.

DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

A vigência do Instrumento Contratual será de 12 (doze) meses ou até a entrega total do objeto contratado, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, a critério do IGESDF, observados:

- I - A existência de recurso orçamentário para atender à prorrogação;
- II - A vantajosidade a ser obtida com a manutenção da contratação, em contraposição a eventual deflagração de novo processo de compras;
- III - O regular cumprimento das obrigações pela contratada;
- IV - A anuência da contratada com a prorrogação;
- V - A manutenção das condições de habilitação da contratada;
- VI - A renovação da garantia contratual, se houver;
- VII - O requerimento de prorrogação pela área demandante no âmbito do IGESDF na vigência do contrato;

7.12. A partir da assinatura do instrumento contratual ou aceite dos termos, a contratada fica obrigada ao fornecimento de seu objeto, observadas as especificações, quantidades e demais condições constantes deste Edital e de seus Anexos.

7.13. A contratada se obriga a manter o fornecimento de bens e serviços, caso exista risco a vida dos pacientes, por no mínimo 90 (noventa) dias ou até a celebração de contrato com outro fornecedor.

7.14. O fim da vigência contratual não exonera o fornecedor do cumprimento da garantia mínima do(s) produto(s), contados da data do termo de recebimento definitivo do objeto.

DO CADASTRO E QUALIFICAÇÃO DE FORNECEDORES

7.15. A CONTRATADA deverá apresentar, em até 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura do instrumento contratual, o Formulário e Declaração de Integridade e Privacidade (Anexo IV do presente Edital) devidamente preenchido, em atendimento ao Código de Ética e Conduta do IGESDF e às boas práticas de combate à corrupção e governança em proteção de dados pessoais. O preenchimento do Formulário e Declaração de Integridade e Privacidade é indispensável, sendo parte do instrumento contratual, independentemente de transcrição, e servirá exclusivamente para atendimento à Política de Integridade e Governança e à Política de Qualificação de Fornecedores do IGESDF.

8. DO PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos à empresa que vier a ser contratada neste processo, serão feitos nos termos previstos no Instrumento Contratual, consoante os preços estabelecidos na proposta de preço, e observadas as disposições deste Edital e seus Anexos, **em até 30 (trinta) dias corridos** após o recebimento do produto a contento e emissão do documento fiscal válido em nome do IGESDF, com todos os campos preenchidos discriminando valor unitário e total do item, sem rasuras, devidamente atestados pelo funcionário responsável pelo recebimento do produto, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta corrente onde deseja receber seu crédito.

9. DAS SANÇÕES

9.1. Sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da responsabilidade civil e penal cabíveis ao fornecedor, o descumprimento do contrato poderá acarretar as seguintes penalidades, precedido do devido processo legal, ampla defesa e contraditório:

- I - Advertência;
- II - Multa; e
- III - Suspensão de participação na Seleção de Fornecedores e impedimento de contratar com o IGESDF, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de

penalidade de suspensão.

9.3. A aplicação de multa não impede que o IGESDF rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas neste Regulamento.

9.4. A multa eventualmente imposta à contratada poderá ser descontada de qualquer crédito eventualmente existente em favor do IGESDF.

9.5. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do IGESDF, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias contados de sua notificação para efetuar o pagamento da multa.

9.6. Não ocorrendo o pagamento no prazo previsto no subitem 9.5, proceder-se-á a cobrança judicial da mesma.

9.7. As sanções previstas no item 9.1 poderão ser aplicadas cumulativamente.

9.8. Na aplicação das sanções, serão consideradas:

I - A razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade do descumprimento das condições pactuadas e o vulto econômico da contratação;

II - Os danos resultantes do descumprimento das condições pactuadas;

III - A reincidência, assim entendida a repetição de descumprimento das condições pactuadas de igual natureza;

IV - Outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto.

V - Os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades serão regulamentados por meio de Resolução da Diretoria Executiva do IGESDF.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não serão considerados os documentos que não estiverem de acordo com as condições deste Edital e seus anexos, quer por omissão, quer por discordância.

10.2. Poderá o IGESDF revogar ou anular qualquer ato constitutivo ou derivado neste processo de aquisição/contratação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao fornecedor direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

10.3. O IGESDF poderá valer-se de pareceres técnicos e/ou jurídicos exarados por empregado/comissão devidamente constituídos, para embasar sua decisão quando do julgamento das fases de habilitação e proposta.

10.4. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da empresa que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido vencedora, poderá implicar na rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10.5. É facultado ao IGESDF, em qualquer fase do processo de aquisição/contratação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do mesmo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

10.6. O fornecedor convocado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado, sob pena de desclassificação/inabilitação.

10.7. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

10.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça o recebimento das documentações na data marcada, o prazo será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário.

10.9. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Autoridade Competente do IGESDF.

10.10. A empresa participante/contratada deverá manter seus dados sempre atualizados em todos os canais disponíveis de comunicação.

10.11. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do fornecedor e/ou do detentor, sujeitando-o às penalidades previstas no Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF e no instrumento contratual.

10.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste Edital de seleção de fornecedores será o da circunscrição judiciária de Brasília-DF.

11. ANEXOS

11.1. Fazem parte integrante do presente Edital os anexos a seguir listados:

Anexo I	Modelo de Declaração de preços
Anexo II	Modelo de Declaração de Conhecimento
Anexo III	Minuta de Contrato
Anexo IV	Formulário e Declaração de Integridade e Privacidade
Anexo V	Instrução de acesso externo ao SEI



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO BISPO PESSOA - Matr.0001769-6, Chefe de Núcleo**, em 08/01/2025, às 15:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROSEMARY CANDIDA DA SILVA - Matr.0001982-3, Analista II**, em 08/01/2025, às 16:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=158823746)
verificador= **158823746** código CRC= **EC100FC8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SMHS - Área Especial, Q. 101 - Bairro Asa Sul - CEP 70.335-900 -